

# Amagis

## NA IMPRENSA

JUNHO DE 2013

ESTADO DE MINAS (BH) • 10 DE MAIO DE 2013

■ CONSTITUIÇÃO // Proposta pretende ampliar segurança pessoal de juizes ameaçados

## Polícia para defender a Justiça



“ Para que as mudanças aconteçam é preciso ampliar o debate sobre a Polícia do Judiciário ”

■ Herbert Carneiro, desembargador e presidente da Amagis

MARCELO DA FONSECA

A criação de uma força policial subordinada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) é a solução proposta pelo governo de Minas para tentar desanuviar o cenário de insegurança e ameaças que vive dezenas de juizes em tribunais espalhados por várias regiões do estado. A proposta de emenda constitucional (PEC) que tramita na Assembleia Legislativa alerta para o crescimento de facções criminosas em Minas, que estariam atuando cada vez com mais força na intimidação de juizes criminais por meio de ameaças de morte aos próprios magistrados e a seus familiares. A Polícia do Judiciário teria como função exclusiva garantir a segurança de juizes que estivessem na mira de criminosos.

O funcionamento da nova polícia se daria de forma semelhante às estruturas policiais já existentes que atuam na proteção dos poderes Legislativo e Executivo. “Não podemos permitir que os juizes vivam encurralados pelo crime organizado, uma instituição invisível, porém presente no dia a dia da sociedade brasileira. Embora tentem esconder, é notória a infiltração do Primeiro Comando da Capital (PCC) em nosso estado, tentando acuar nossos magistrados. Outras facções também têm ameaçado nossos juizes”, alerta o texto do projeto.

Vários casos de atentados contra juizes que aconteceram no país nos últimos anos são relatados no texto. Entre eles o assassinato da juíza fluminense Patricia Acioli, morta com 21 tiros em agosto de 2011, depois de atuar na investigação do envolvimento de policiais militares do Rio de Janeiro na formação de milícia criminosas clandestinas. Também são citados casos que aconteceram em Minas, como o plano de homicídio descoberto em 2010 pela Polícia Civil que tinha sido elaborado por facções criminosas que atuam em Montes Claros, no Norte de Minas, para matar um juiz e um promotor de Justiça que investigavam o tráfico de drogas na região.

Em razão da natureza do trabalho, a proposta que tramita no Legislativo mineiro prevê que juizes que atuam em varas ou câmaras criminais sob risco de morte devem passar a ter garantido na legislação o direito de proteção efetiva por parte do Estado, com um braço policial exclusivo. Nesta semana, os parlamentares elegeram os deputados Luiz Henrique (PSDB) e Antônio Arantes (PSC) – presidente e vice, respectivamente – para o comando da comissão especial que discutirá a PEC 50/13, além do relator, Derval Angelo (PT). A comissão tem 60 dias para apresentar um parecer.

Na justificativa para a aprovação da matéria foi apresentado um estudo da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) que relata ameaças de morte por parte de quadrilhas criminosas feitas a 30 juizes no estado. Minas teve o maior número de casos de ameaças registrados em 2012. Ao todo, foram mais de 50. Os outros dois estados com altos registros de ameaças a magistrados no ano passado foram Rio de Janeiro, com 29 casos, e Bahia, com 14. No Brasil, o número de magistrados visados por grupos criminosos chega a 199, sendo que pouco mais de um terço deles conta com proteção armada.

“ Não podemos permitir que os juizes vivam encurralados pelo crime organizado, uma instituição invisível, porém presente no dia a dia da sociedade brasileira ”

■ Trecho do texto da proposta que cria a Polícia do Judiciário

**FUNDO ESPECIAL** Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Almeida Carneiro, a criação da Polícia do Judiciário no estado deve ser discutida intensamente entre o Legislativo e o Judiciário, para que se faça um planejamento de como ela funcionará na prática e suas contribuições para aumentar a segurança nos fóruns e tribunais. Ele lembra, porém, que no momento o órgão tem suas atenções voltadas para outra proposta, o Projeto de Lei 3.893/13, que cria um fundo especial para o Judiciário, com parte dos recursos reservada para melhorias no sistema de segurança em órgãos do poder.

“Para que mudanças aconteçam é preciso ampliar o debate sobre a polícia judiciária. Acredito que com a tramitação desse projeto isso vai se dar na prática. Mas nossa atenção especial trata da criação do novo fundo, que destinará uma parte para reforma de prédios, adequação às normas de segurança, com instalação de computadores, detectores de metais, scanners e câmeras de vigilância. A prioridade é garantir estrutura”, informa Herbert. O projeto, de autoria do Executivo, foi aprovado em primeiro turno na Comissão de Fiscalização Financeira da ALMG na quarta-feira e deverá ser levado ao plenário na semana que vem. A criação do fundo, que também reservará verbas para programas e projetos do TJMG, obedece a determinações da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, após uma inspeção preventiva realizada no segundo semestre do ano passado, alertou para prejuízos decorrentes da ausência de um fundo para centralizar as receitas do tribunal. “Hoje temos muitas situações ruins em várias cortes, com problemas sérios na estrutura, que prejudicam a prestação de serviço aos cidadãos”, alertou o desembargador.

3.893/13, que cria um fundo especial para o Judiciário, com parte dos recursos reservada para melhorias no sistema de segurança em órgãos do poder.

“Para que mudanças aconteçam é preciso ampliar o debate sobre a polícia judiciária. Acredito que com a tramitação desse projeto isso vai se dar na prática. Mas nossa atenção especial trata da criação do novo fundo, que destinará uma parte para reforma de prédios, adequação às normas de segurança, com instalação de computadores, detectores de metais, scanners e câmeras de vigilância. A prioridade é garantir estrutura”, informa Herbert. O projeto, de autoria do Executivo, foi aprovado em primeiro turno na Comissão de Fiscalização Financeira da ALMG na quarta-feira e deverá ser levado ao plenário na semana que vem.

A criação do fundo, que também reservará verbas para programas e projetos do TJMG, obedece a determinações da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, após uma inspeção preventiva realizada no segundo semestre do ano passado, alertou para prejuízos decorrentes da ausência de um fundo para centralizar as receitas do tribunal. “Hoje temos muitas situações ruins em várias cortes, com problemas sérios na estrutura, que prejudicam a prestação de serviço aos cidadãos”, alertou o desembargador.

Vale do Aço. Deputado acusa magistrado de ser conivente com crimes

# Amagis realiza ato em defesa de juiz de Ipatinga



Um representante da Justiça já teria sido afastado por favorecer policiais

## JOANA SUAREZ

Representantes da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) estiveram ontem em Ipatinga para realizar um ato em defesa dos juizes da comarca acusados de ser coniventes com os crimes praticados na cidade. As delegações partiram do deputado estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas Gerais, Durval Ângelo.

O parlamentar acusa os magistrados de proteger policiais suspeitos de envolvimento em crimes, conforme O TEMPO publicou em reportagens nos dias 19 de abril e 9 de maio. Um juiz de Ipatinga

“A Amagis repudia as calúnias contra os juizes do Vale do Aço, especialmente ao trabalho sério do juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira.”

## Nota da Amagis

teria negado cinco prisões preventivas, segundo o deputado. Um magistrado da comarca teria sido afastado por venda de sentenças por venda de poli-

rência dos policiais civis indiciados pela Corregedoria da PC por crimes de corrupção na Delegacia de Trânsito de Ipatinga. Entre eles está o também vereador Werley Glicério de Araújo, do Trânsito.

jornalistas e de cinco testemunhas.

**Prisões.** Até o momento, 11 pessoas foram detidas por suposta participação nos crimes cometidos no Vale do Aço. Entre elas, há oito policiais. A cúpula da corporação também trocou delegados de Ipatinga.

**Indiciados.** O deputado Durval Ângelo divulgou dois inquéritos da Corregedoria da Polícia Civil, encerrados no fim de abril último, que indiciavam quatro policiais civis – dois delegados e dois investigadores – por participação em esquema de corrupção na Delegacia de Trânsito de Ipatinga. O jornalista Rodrigo Neto apurava as fraudes.

## Câmara

**Punições.** A bancada do PT na Câmara de Ipatinga informou que a Assessoria Jurídica da Casa vai apurar os fatos que envolvem o vereador Ley do Trânsito (PSD) e dará uma resposta em 15 dias. O vereador não sofrerá punições por enquanto.

Ontem, o presidente da Amagis, Hebert Carneiro, foi à cidade e se reuniu com os juizes no fórum. “O juiz Calaes está conduzindo os processos com a maior independência e imparcialidade, a partir de decisões fundamentadas”, disse.

**INVESTIGAÇÕES.** A Superintendência de Investigação da Polícia Civil (PC) analisa, há um mês, o pedido do subcorregedor da corporação, Elder Dângelo, de transfe-

**Investigações.** Em maio, a Polícia Civil montou uma força-tarefa para apurar 14 crimes na região, entre eles, as mortes dos

## Hoje+

### Ato de desagravo de juizes em Ipatinga

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) fez ontem, em Ipatinga, no Vale do Aço, um ato de desagravo aos ataques à “independência e ao trabalho dedicado, responsável e isento dos magistrados da Comarca em favor da justiça cidadã”. A ação é resposta ao deputado estadual Durval Ângelo, que cobra a apuração de 14 crimes, dentre eles a execução de dois jornalistas, em março e abril, e o fim de uma suposta impunidade.

## Amagis se manifesta em favor de juiz

Antônio Calaes teve nome mencionado por deputado petista em acusação

IPATINGA - A diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou, durante ato de desagravo no Fórum de Ipatinga, solidariedade ao juiz titular da 2ª Vara Criminal de Ipatinga, Antônio Augusto Calaes de Oliveira. O magistrado teve nome mencionado em acusações feitas pelo presidente do Conselho de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Durval Ângelo. Diversos juizes e demais representantes do Judiciário estavam presentes ao ato de desagravo, realizado na tarde de 20/05, no salão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Recentemente, Durval Ângelo afirmou que o Poder Judiciário de Ipatinga e afirmou que Penal da região tem contato com os envolvidos nos crimes denunciados pelo juiz Antônio Calaes, que pediu a intervenção a um

**"Ele examinou todos os pedidos feitos. Só podemos nos solidarizar e acreditamos em sua imparcialidade, e ele vem engrandecendo o Judiciário mineiro. A Amagis tem acompanhado com preocupação o quadro do Vale do Aço e queremos apuração dos fatos e que sejam enconstrados os autores dos crimes cometidos, desejo da sociedade e também dos juizes", destacou.**



Herbert Carneiro manifestou o apoio da Amagis ao juiz Antônio Calaes

Antônio Calaes não considera, até o momento, mover processo por difamação

## Presidente da Amagis responde críticas de deputado a juiz local

DA REDAÇÃO - A diretoria da Amagis divulgou nota, na tarde desta segunda-feira (20), durante ato de desagravo, no Fórum de Ipatinga, aos ataques feitos ao trabalho dos magistrados da comarca. "Mais uma vez, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público para manifestar sua solidariedade à magistratura da Comarca de Ipatinga e repudiar as calúnias assacadas contra os juizes do Vale do Aço, especialmente ao trabalho sério e devotado do juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ipatinga", pontuou a nota assinada pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, distribuída no ato público que contou com o apoio e solidariedade de várias instituições como a QAB, Defensoria Pública, Polícia Civil e Militar.

Referindo-se ao juiz Calaes, o presidente da Amagis diz: "Como juiz criminal e, depois, como desembargador da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, acompanho, desde 97, sua atuação comprometida e independente, imprescindível a um Judiciário operoso e cada vez mais forte. Foram 16 anos construídos com dignidade e respeito às leis e à Constituição e aos valores permanentes da sociedade, dos quais 10 anos dedicou, com lisura, à área criminal. Apesar de todos os percalços, adversidades e ameaças - e até dos apelos de familiares, para mudar de Vara -, o juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira manteve-se firme em sua missão e vocação, convencido de que a força do Judiciário está na independência de cada magistrado".



LUÍZ COSTA

**PARA HERBERT CARNEIRO, "não estamos lidando com policiais, mas com bandidos, que, infiltrados ou não, são os verdadeiros inimigos da sociedade".**

**"Mais uma vez, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público para manifestar sua solidariedade à magistratura da Comarca de Ipatinga e repudiar as calúnias assacadas contra os juizes do Vale do Aço, especialmente ao trabalho sério e devotado do juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ipatinga".**

os verdadeiros inimigos da sociedade. Para combatê-los, é preciso de união, inteligência, força-tarefa, vontade política e envolvimento do poder público e da sociedade, confiando sempre que o estado de direito prevalecerá sobre a barbárie", finaliza Herbert Carneiro, presidente da Amagis.



**Presidente da Amagis concede entrevista à imprensa de Ipatinga, no Vale do Aço, e Uberaba, no Triângulo Mineiro, durante visita às Comarcas**

## Amagis se solidariza com o juiz Antônio Augusto Calaes

Representantes da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vieram à Ipatinga para manifestar sua solidariedade à magistratura da Comarca de Ipatinga e repudiar as afirmações feitas contra os juízes do Vale do Aço.



IPATINGA — Representantes da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vieram à Ipatinga para manifestar sua solidariedade à magistratura da Comarca de Ipatinga e repudiar as afirmações feitas contra os juízes do Vale do Aço, especialmente ao trabalho do juiz Antônio Augusto Calaes de Oliveira, titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ipatinga. O grupo foi encabeçado pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, que afirmou, em nota, sobre o colega: "como juiz criminal e, depois, como desembargador da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, acompanho, desde 97, sua atuação compromissada e independente, imprescindível a um Judiciário operoso e cada vez mais forte. Foram 16 anos construídos com dignidade e respeito às leis e à Constituição e aos valores permanentes da sociedade, dos quais 10 anos dedicou, com lisura, à área criminal".

### FALSAS ACUSAÇÕES

"Ao contrário das falsas acusações feitas pelo deputado estadual Durval Ângelo, não há convicção deste juiz, ou de qualquer outro, com policiais suspeitos de envolvimento com o crime. Tanto é que, nos últimos quatro anos, dois policiais militares foram condenados por homicídios, além de um terceiro, que foi levado a júri, mas foi absolvido, destacando-se que este último ainda foi pronunciado em outros dois processos, aguardando os trâmites legais para designação de novos júris. O Judiciário só pode decretar prisões depois que a Polícia Civil e/ou o Ministério Público apontarem os autores por meio de provas suficientes. Como medida de exceção, a preventiva só deve ser adotada para a elucidação de crimes, ou quando sustentada por latentes circunstâncias, e não por conta de rumores ou "por ouvir dizer". O juiz julga à luz da lei e não pode ser responsabilizado pela omissão de terceiros", afirmou a nota assinada por Herbert.

De acordo com o documento, houve indeferimento de preventiva em apenas duas ocasiões, que foram fundamentados e justificados pela fragilidade dos indícios arremetidos pela polícia judiciária. "Defender o cidadão e os direitos humanos é respeitar o constitucional direito à defesa e o respeito às leis para que outras injustiças não sejam cometidas em nome das anteriores. Não estamos lidando com policiais, mas com bandidos, que, infiltrados ou não, são os verdadeiros inimigos da sociedade. Para combatê-los, é preciso de união, inteligência, força-tarefa, vontade política e envolvimento do poder público e da sociedade, confiando sempre que o estado de direito prevalecerá sobre a barbárie", finalizou a nota.

**CENÁRIO  
POLÍTICO**  
[politica@hojeemdia.com.br](mailto:politica@hojeemdia.com.br)

**Amagis defende juiz**  
A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou ontem nota em que defende o juiz Isaias Caldeira Veloso, afastado do processo que trata da operação Pombo Correio, por decisão do TJMG. A associação "contesta as suspeitas dirigidas ao trabalho dedicado e isento do juiz da Comarca de Montes Claros, que, a pedido de uma das partes, foi substituído por outro magistrado em um processo".

## JM Online

Amagis discute condições de trabalho de serviço jurisdicional

Presidente da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), desembargador, Herbert Carneiro, e o ex-presidente da Associação e secretário-geral da AMB, Nelson Missias de Moraes, se reuniram na tarde de ontem com os juizes da comarca de Uberaba. A reunião, que aconteceu no Salão do Júri, discutiu o aprimoramento da prestação do serviço jurisdicional, as condições de trabalho dos magistrados e a infraestrutura do prédio do Fórum Melo Viana.

De acordo com o presidente, o grupo também discutiu o fortalecimento da magistratura, buscando a independência funcional do juiz para que o mesmo possa oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais eficiente. Ele também disse que diversos problemas foram pontuados pelos juizes, como as condições precárias do prédio que abriga o Fórum Melo Viana. "Uberaba está precisando de instalações mais modernas", admitiu o desembargador, reconhecendo ainda que os problemas que emperram a conclusão do novo prédio não foram discutidos na reunião. Segundo ele, a questão será discutida neste sábado com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Herculano. Outro problema apontado pelos juizes foi a sobrecarga de trabalho – a qual acredita que só poderá ser minimizada com a ampliação das varas na comarca.

O desembargador também ouviu as propostas para a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que será votada, neste ano, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de melhorar o atendimento ao cidadão e dar mais eficiência à prestação jurisdicional.

### JUSTIÇA

## Amagis promove reunião com magistrados da região para discutir a realidade entre juizes do interior

Juizes de várias comarcas do Triângulo Mineiro estiveram reunidos no tribunal do Júri, no Fórum Melo Viana, a portas fechadas, discutindo vários interesses entre os magistrados. Para conduzir a reunião, o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, e o ex-presidente da Associação e secretário-geral da AMB, Nelson Missias de Moraes, discutiram e

escutaram alguns pontos que os magistrados ressaltaram. "Tratamos de assuntos de interesse da magistratura, como alternativa de aprimoramento jurisdicional, melhoria na qualidade de nossos serviços para o fortalecimento da magistratura, buscando a independência funcional dos juizes, para que possam exercer a sua função de uma maneira a oferecer à sociedade uma

prestação jurisdicional mais eficiente e mais séria acima de tudo", destacou o presidente da Amagis.

De acordo com a assessoria da presidência, foram discutidas ainda propostas para a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que será votada este ano, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com o objetivo de melhorar o atendimento ao cidadão e dar mais eficiência à prestação jurisdicional.

Ainda segundo o presidente, a interação, integração e o diálogo com os magistrados fortalecem a classe. Ao todo, a Amagis já visitou 12 comarcas mineiras. Hoje, o presidente estará na Comarca de Caxambu, no sul do Estado, onde também irá realizar uma reunião junto aos magistrados daquela região. (SA)

**MANOEL HYGINO**

Jornalista

manoelhygino@santacasabh.org.br

**Quixote e o magistrado**

Juízes comprometidos com o interesse público são quixotescos. Nos tempos difíceis que atravessamos, é verdade. Assim se depreende do excelente artigo do desembargador Rogério Medeiros Garcia de Lima, no número mais recente da revista "Magiscultura". Diz ali: "Após mais duas décadas de exercício da magistratura, trago na alma a quimera do cavaleiro errante de Cervantes. Certamente, a mesma fantasia anima o espírito de incontáveis magistrados no Brasil e mundo afora..."

Em longas e legítimas digressões sobre a Justiça, aqui e agora, Rogério Medeiros Garcia de Lima observa que tortuoso é o caminho daqueles que cultivam a fé política. A utopia da justiça requer pessoas de fé. "No mundo contemporâneo, a fé jurídica exige alta dose de coragem. Vivemos o apogeu do individualismo, apregoadado pelo renovado liberalismo econômico. Pensadores e juristas dotados de visão social são desqualificados como ultrapassados e descompromissados com a 'governabilidade' do país. A consciência da justiça social é retribuída com achincalhe".

No momento que vivemos, em que o Judiciário é alvo de críticas a vítima de julgamentos precipitados e maus juízos, por motivos múltiplos, é bom assentar a cabeça e meditar: "Os juízes não desenvolvam atividade discricionária e neutra. Devem atuar inspirados pelas regras e princípios adotados, implícita ou explicitamente, pelo sistema jurídico do Estado Democrático de Direito. A Constituição de 1988 espera por julgadores, aos quais garante independência institucional e funcional, a utilização da liberdade de julgar para a realização dos valores por ela abraçados. Por isso, todo magistrado tem por responsabilidade social, como enfatiza Aguiar Júnior."

Há de se lembrar Dostoievski, em "Os Irmãos Karamazov": "Crê até o fim, mesmo que todos os homens se hajam desviado e tenhas ficado fiel sozinho; leva então tua oferenda e louva a Deus, por teres tido o único a manter a fé."

E como entra nisso D. Quixote? O herói de Cervantes se tornou a mais bela metáfora do esforço humano para buscar o impossível equilíbrio entre sonho e realidade, como sublinhou Frenette. O ministro Carlos Veloso julga Dom Quixote o "herói da magistratura brasileira". Conclui Garcia Lima: "A toga é a nossa armadura e a caneta é nossa lança. Mas não temos um fiel Sancho Pança como escudeiro."

Membro da Academia Mineira de Letras

ENTREVISTA  
**HERBERT CARNEIRO**



FREDERICO HANAU - ZYGAR/2013

**TAREFA** – Para desembargador, parceira permitirá que os projetos tramitem de modo rápido e sintonizados com as demandas em favor de uma Justiça ágil e cidadã

# ‘MELHORAR A JUSTIÇA É TAREFA URGENTE’

► Amagis e Assembleia lançam Frente Parlamentar para viabilizar a autonomia financeira do Judiciário

A falta de segurança nos fóruns das 296 comarcas de Minas Gerais motivou a criação da Frente Parlamentar pelo Aprimoramento da Justiça. Iniciativa da Assembleia Legislativa, com apoio da Associação Mineira de Magistrados (Amagis), será lançada na quinta-feira, 6 de junho. “É preciso um plano estadual de segurança para os fóruns mineiros, muitos funcionam sem a mínima estrutura necessária”, diz o presi-

dente da Amagis, Herbert Carneiro.

No cenário imediato está a revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, que deve ser enviada pelo Tribunal de Justiça até setembro. Obrigatória a cada dois anos, a última revisão foi feita em 2008. “O Legislativo tem o papel de aprimorar o texto da LODJ por meio de um debate mais técnico e qualificado. É a lei mais importante do Judiciário, juntamente com a lei orçamentária”.

**Por que uma Frente?**

A Justiça requer aperfeiçoamento e mudanças para atender melhor e de modo ágil ao cidadão. A parceria com o Legislativo é fundamental para a aprovação de leis que tragam essas melhorias. Razão pela qual intensificamos nosso diálogo com os deputados estaduais para ampliar o debate e buscar as soluções para a realidade atual, como a falta de segurança nos fóruns mineiros e as precárias condições de trabalho. Para

atender ao cidadão, destinatário final do serviço público especializado da Justiça, é preciso que cada fórum, cada comarca, por mais distante que esteja, tenha essas condições. Estamos investindo no acesso do cidadão à Justiça, onde quer que ele esteja.

**O que é a iniciativa?**

A Frente atuará como fórum de debates e de defesa da independência da magistratura e do fortalecimento do Judiciário. A finalidade é aprimorar o Judiciário e dotá-lo de condições e recursos para a melhoria da prestação jurisdicional, tendo como beneficiário maior o cidadão. A magistratura tem como missão o provimento da prestação jurisdicional célere e justa.

**Como a Frente funcionará na Assembleia?**

A ideia é organizar, sistematizar e racionalizar os projetos e a tramitação deles no Legislativo Mineiro. Há projetos que tramitam há muito tempo e podem estar desatualizados, e outros que chegam ao Parlamento. Enfim, defendemos que os projetos tramitem de maneira rápida e sintonizados com as demandas atuais em favor de uma Justiça ágil e cidadã.

**Não é lobby em defesa de uma categoria?**

Não descuidaremos dos interesses da magistratura. Mas ter condições de trabalho para juizes e servidores, ter um mínimo de segurança nos fóruns, permitirá que magistrados, advogados, promotores e servidores possam fazer uma prestação jurisdicional de maior qualidade. Há comarcas, fóruns que sequer têm espaço para arquivar processos, nem equipamentos, computadores, funcionários e assessores capacitados.

**Qual lei é necessária para mudar a Justiça?**

Neste ano iremos discutir a reforma da Lei de Organização e Divisão Judiciárias, a LODJ, que regula o funcionamento do Judiciário e precisa estar sintonizada à realidade. O crime organizado avançou e se organiza cada vez mais. Precisamos de leis atualizadas, reguladoras e modernizadoras do Judiciário. Defendemos a melhoria da gestão do Judiciário, que poderá ser mais eficiente com a realização das eleições diretas para os tribunais. Queremos aprovar um fundo para equipar os fóruns e adoção de um plano estadual de segurança para os fóruns. ●

# Justiça pode antecipar progressão de regime de mais de 1.800 presos

- Sem vagas nas penitenciárias, detentos que deveriam ir para o semiaberto irão direto para o aberto
- Minas Gerais tem 4.853 vagas nos presídios, mas o número de condenados chega a 6.681

**Alessandra Mendes**  
amfranca@hojeemdia.com.br

Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pode acelerar a saída das penitenciárias, em Minas Gerais, de 1.828 detentos condenados, no início do segundo semestre. São presos que têm direito a cumprir pena em regime semiaberto – ficar recolhidos em local específico e ter a pena atrelada ao trabalho –, mas que estão ocupando vagas em unidades destinadas ao regime fechado. Situação considerada ilegal e inconstitucional por muitos juristas e que agora será definida em instância superior, com abrangência nacional.

O problema é causado pelo déficit de vagas para os detentos que deveriam estar em colônias agrícolas, industriais ou estabelecimentos similares. A falta de vagas para esses casos expõe uma mazela que pode determinar uma progressão automática de pena para o regime aberto – em que o preso permanece em albergues apenas para dormir e aos fins de semana – ou prisão domiciliar.

## DISTORÇÃO

Minas tem, atualmente, 4.853 vagas coordenadas pela Subsecretaria de Administração Prisional para o regime semiaberto, mas o número de presos chega a 6.681.

“Mantendo os detentos de forma irregular, o Estado descumpra a Constituição e a lei. Se o Estado faz a lei penal e não oferece a estrutura para o cumprimento, não é o cidadão que vai pagar por isso”, defende o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), Herbert Carneiro.

## JURISPRUDÊNCIA

O entendimento é similar à decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que garantiu a um condenado em regime semiaberto o cumprimento da pena em prisão domiciliar por falta de vaga. Um recurso do Ministério Público gaúcho, que contesta a decisão, será julgado pelo STF. A definição do Supremo deverá ser adotada por todos os tribunais brasileiros em casos semelhantes.

O problema é nacional. Isso significa beneficiar algo em torno de 24 mil presos, de um total de 75 mil, que cumprem regime semiaberto de forma inadequada em todo o país. “Para que seja solucionado, é preciso haver uma ação integrada do poder público, nos seus mais variados níveis e gestores, para a criação de vagas e construção de estabelecimentos devidos”, afirma Carneiro.

## TECNOLOGIA

Ainda há uma proposta, caso haja entendimento positivo do STF para benefício dos presos, de criar métodos de controle dos detentos até que as vagas sejam ampliadas pelos estados. Para isso, teria que haver 24 mil tornozeleiras eletrônicas para monitorar todos aqueles que passariam para a prisão domiciliar.

“Se o Estado alega não ter recursos para a criação de vagas, nada garante que ele vá conseguir adquirir as tornozeleiras. Independentemente desse tipo de garantia existir, o Judiciário não pode ser conivente e manter o preso em regime mais severo do que o adequado”, alega o magistrado. ●

## SAIBA MAIS

### Situação sob controle em Minas

A hipótese de presos condenados a regime semiaberto cumprirem penas domiciliares por falta de vagas no sistema penitenciário mineiro está descartada, segundo informou ontem a Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds).

No planejamento até 2014, estão previstas cerca de 14.500 vagas para cumprimento de penas nos regimes fechado, semiaberto e aberto. Dessa forma, segundo a Seds, até 2014, o sistema tem garantidas cerca de 7 mil vagas no regime semiaberto, o que absorveria detentos que obtiverem o benefício.